



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### ACTA Nº. 4/96

### 2ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 1996 7 de Março de 1996

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Marques Pedrosa, Catolino Pinto, João Ornelas Monteiro, José Pedro Félix, e a Senhora D<sup>a</sup>. Maria João Ferreira, conforme consta da relação anexa.

#### I - ORDEM DE TRABALHOS

2 - Apreciação, nos termos da alínea j) do n.º. 1 do Art.º. 39.º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da *"Informação do Sr. Presidente da C.M.A. sobre o Relatório do I.G.A.T."*;

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º. 1 do Art.º. 39.º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugados com o n.º. 2 do Art.º. 3.º. do Dec. Lei 69/90, de 2 de Março, da deliberação da C.M.A. relativa ao *"Plano de Pormenor da Serra de Carnaxide"*;

#### II - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.

#### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período destinado a intervenções do público, tendo para o efeito, pedido a palavra os Senhores Feliciano Pagana, para falar sobre a Rua Mário Sacramento, na Brandoa, dizendo que esta está por pavimentar, pelo que solicita o asfaltamento da mesma, e Joaquim Ferreira, para falar



sobre a Praceta Padre Duarte Ferreira do Amaral, dizendo que lhe foi retirada a porta de entrada pelo edifício Babilónia, tendo hoje de entrar por este para ir para casa; o reclamo luminoso do Babilónia, junto da sua janela e sobre a Pastelaria, que funcionava como padaria, que encerrou, mas os motores continuam, pelo que pensa que a mesma poderá voltar a funcionar.

O Senhor Presidente da Assembleia interveio para solicitar que a Câmara dê uma resposta ao Senhor Joaquim Ferreira, pois este caso já se arrasta há muito tempo, tendo de seguida dado este período por encerrado.

#### **IV - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontrava na Mesa uma Moção sobre o termo do segundo Mandato do Doutor Mário Soares como Presidente da República, apresentada pela bancada do PS, e um Requerimento, apresentado pelo Senhor Alves Nunes, a solicitar que não se concedesse o presente período e se passasse de imediato à Ordem de Trabalhos. De seguida, colocou o Requerimento à votação, sendo rejeitado por maioria com 18 votos contra e 7 a favor.

Seguidamente, leu a Moção e colocou-a a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 29 Membros presentes.

Após esta votação, intervieram os Senhores Guilherme Guimarães, Manuel Jerónimo, João Vieira e António Mira. Não havendo mais intervenções, foi a Moção colocada à votação, sendo aprovada por maioria com 25 votos a favor e 6 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Alves Nunes fez uma Declaração de Voto em nome individual.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores Tremoço de Brito, Alves Nunes, Guilherme Guimarães, Armando Paulino, Arlindo Gouveia, Miguel Gabriel, José Teodoro, e a Senhora D<sup>a</sup> Maria Helena Nogueira.

O Senhor Tremoço de Brito, na sua intervenção, disse que se deveria começar no ponto exacto em que se tinha terminado na Sessão anterior, pois esta é a sua continuação.





*Handwritten signatures in blue ink, including one that appears to be 'Leopoldo' and another that is partially legible as 'Joaquim'.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, disse também que esta Sessão deveria começar no mesmo ponto em que tinha terminado a Sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia interveio para dizer que sempre houve Período de Antes da Ordem de Trabalhos em todas as Sessões, com excepção daquelas em que a Comissão Permanente ou a Assembleia decidem dispensá-lo.

O Senhor Guilherme Guimarães, na sua intervenção, falou sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 1996, perguntando para quando o envio destes documentos para apreciação da Assembleia.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, falou sobre as Ruas Jorge de Sena, Vitorino Nemésio e Mário Sacramento, na Brandoa, dizendo que a Junta de Freguesia já enviou um "Abaixo Assinado" à Câmara onde os moradores daquela zona manifestavam o seu desagrado pelo facto de não terem visto qualquer tipo de intervenção nestas ruas; que aquelas ruas se tornaram intransitáveis devido às chuvas que assolaram o País; que até hoje não houve resposta ao "Abaixo Assinado"; que existe um plano de pormenor a ser elaborado para aquela zona, mas não invalida que a Câmara faça uma intervenção para minimizar, de certo modo, o estado daquelas ruas; agradeceu algumas respostas, que lhe têm sido dadas por alguns Vereadores, a perguntas que tem colocado nesta Assembleia; o Largo 1º de Maio, dizendo que na zona verde deste Largo, a Câmara iniciou a colocação de um sistema de rega, mas a meio da obra esta parou; que foi reiniciada mas, passado mais de um ano, ainda não foi terminada, pelo que solicita a atenção da Câmara para esta situação; as Bombas de Gasolina, na Fonte das Avencas, dizendo que existe um placard que retira a visibilidade dos condutores, pelo que deve ser mandado tirar. Por fim, sobre as novas construções do PER, dizendo que não vê contempladas as estruturas de Alfornelos e que pensava que teriam algum enquadramento no PER, pelo que solicita informação sobre este assunto.

O Senhor Arlindo Gouveia, na sua intervenção, falou sobre os semáforos do cruzamento da Rua António Feijó/Rua Elias Garia, dizendo que um deles está aberto durante muito pouco tempo pois só passam dois carros, pelo que solicita que seja revista esta situação; a Rua Alfredo Keill dizendo, que devido ao estacionamento em duas filas, é um problema para ali se passar. Por fim, que ali existe uma Pizzaria cujas



motorizadas estão estacionadas no passeio, dificultando a circulação dos peões, pelo que solicita que esta situação seja analisada pela Câmara.

O Senhor Miguel Gabriel, na sua intervenção, falou sobre a estrada junto ao "David da Buraca", dizendo que está cheia de buracos e, apesar desta pertencer a Lisboa, quem lá passa são os automobilistas da Amadora, pelo que solicita que seja arranjada uma solução para resolver aquela situação. Por fim, que a construção de edifícios na Rua Padre Cruz, vai fechar a praceta que ali existe, o que torna a zona num amontoado de cimento, pelo que solicita informação sobre este assunto.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre a Praceta Eduardo Ferreira do Amaral, dizendo que corrobora com a intervenção do Município; que existem ali atropelos e ilegalidades, decorrentes do edifício Babilónia, o que é um problema, não só dos moradores, mas também de todos os municípios da Amadora, pelo que solicita informação sobre esta situação.

A Senhora D<sup>a</sup>. Maria Helena Nogueira, na sua intervenção disse ter tido conhecimento que na Sessão Solene Comemorativa do Aniversário da Junta de Freguesia da Damaia, o Senhor Presidente da Junta fez algumas perguntas à Câmara às quais gostaria que o Senhor Presidente da Câmara respondesse, sendo a primeira, o que é que a Câmara fez com os setenta mil contos que o Gabinete do Nó Ferroviário deu à Câmara, a segunda, porque é que a Esquadra da Damaia iria sair dali para a Falagueira/Venda Nova, e por último, que não haveria mais iluminação pública na Damaia, devido à dívida de seiscentos mil contos da Câmara à EDP.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas pelos Membros da Assembleia, tais como, o Plano de Actividades e Orçamento, dizendo que deverá ir à próxima reunião de Câmara para aprovação final; o reclamo luminoso no Babilónia, dizendo que pensa não ter autorização da Câmara; os arruamentos da Brandoa, dizendo que até ao final do mandato estes estarão todos arrançados; o placard que está colocado junto às Bombas de Gasolina da Fonte das Avenças, dizendo que já foi enviada a fiscalização para verificar esta situação; a Praceta Ferreira do Amaral, dizendo que está em muito mau estado, tendo a Câmara aprovado um projecto para reconversão desta; as ilegalidades no Centro Comercial Babilónia, dizendo que a Câmara tem notificado o proprietário, segundo os trâmites legais, sendo algumas resolvidas e outras não; os setenta mil contos que a Câmara recebeu do





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Gabinete do Nó Ferroviário, dizendo que vai ser necessário mais dinheiro para a construção do novo mercado da Damaia e esta quantia vai ser aplicada ali; a Esquadra da PSP da Damaia, dizendo que desconhece a sua saída da Damaia, mas a Câmara acha que deve ser alargada e beneficiada, e como não existe espaço no local em que se encontra, a Câmara via bem a sua transferência para a Estrada Militar, que fica na Falagueira/Venda Nova, a cerca de quinhentos metros do local em que se encontra, pelo que não desvirtua em nada a segurança na Damaia; a iluminação pública na Damaia, dizendo que é falso não haver mais na Damaia, pois a Câmara não tem qualquer decisão nesse sentido, mas o que acontece é que, face a uma dívida de meio milhão de contos à LTE, a Câmara tem de abrandar com a colocação de nova iluminação pública.

O Senhor José Teodoro voltou a intervir para falar sobre o edifício Babilónia perguntando, se houve embargos porque razão a obra foi concluída; sobre a colocação de reclusos luminosos, perguntando se é legal ou não, a colocação destes junto das janelas e prejudicar a privacidade das pessoas, e a ser ilegal, qual a razão da Câmara para não mandar retirá-lo.

O Senhor Armando Paulino voltou a intervir para dizer que o que os moradores pretendem é que se faça alguma coisa, isto é, uma intervenção primária, para que as pessoas possam ir para suas casas de uma forma mais digna do que aquela que tinham há trinta anos.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

### VI - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

2 - Apreciação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da *"Informação do Sr. Presidente da C.M.A. sobre o Relatório do I.G.A.T."*;

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas por escrito pela Assembleia, relativamente à inspecção ordinária que foi efectuada à Câmara no âmbito do urbanismo; que, face a determinadas notícias que foram publicadas em alguns jornais, conduziu a que a inspecção incidisse as suas observações particularmente a esses casos; que a Câmara foi notificada, em 20 de Julho de 1995,



do Relatório do IGAT; que desse Relatório confidencial, foi dado conhecimento aos Órgãos Municipais; que foi preparada resposta ao teor do mesmo relatório, resposta essa que motivou uma informação final do Inspector-Geral e que teve a concordância do Senhor Secretário de Estado da Administração do Território; que desta última informação foi dado conhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia; a Câmara procedeu ao saneamento de situações que eventualmente mereceram críticas da parte da Inspeção; que se conclui no Relatório que não havia irregularidades graves no que foi inspecionado, mas sim, menos ilícitas formais, as quais eram perfeitamente reguláveis e sanadas; que a generalidade das situações remonta a mandatos anteriores a não ser numa única situação, que se reporta a este mandato. A situação da AMICOOP, dizendo que veio da Câmara de Oeiras; que foi construído um novo lote sem que tenha ocorrido as formas regulamentares de produção desta alteração; que a Câmara Municipal de então, aprovou a construção do edifício, tendo sido publicado um Edital, nos termos em que foi aprovado pelo Senhor Secretário de Estado, verificando-se que tinha um prazo de vinte dias, o que não é legal, pois a lei refere trinta dias, pelo que teve de se publicar novo Edital; a isenção de taxas às cooperativas, dizendo que houve na realidade isenção de taxas, pois tratou-se de uma prática seguida ao longo dos anos pela Câmara a de isentar de taxas as cooperativas e a habitação social; que terá de vir à Assembleia Municipal uma proposta, no sentido de libertar as cooperativas do pagamento de taxas; o Alvará 10/84, dizendo que está a ser feita a sua retificação e correcção, não estando ainda concluído este trabalho; o Centro de Inspeções de Veículos Automóveis e as Bombas de Gasolina, dizendo que tem parecer favorável da CCR-LVT; que se insere no PDM e no Relatório final já não consta nada, pelo que a Câmara considera esta situação sanada; a Bomba de Gasolina no Casal de S. Brás, dizendo que o contrato de direito de superfície ainda não está regularizado, o que levanta alguns problemas práticos, os quais terão de ser resolvidos, negociando com as pessoas a fim de regularizar esta situação; a SHELL, dizendo que nunca foi feito um contrato, mas que houve um concurso e neste momento está a decorrer um processo de expropriação devido à quadriplicação da linha do caminho de ferro; que as licenças das bombas de gasolina são anuais; A Bomba de Gasolina da Estrada Velha de Queluz, dizendo que a questão é idêntica no que se relaciona com as licenças; a Central de Betão "Duartes, SA.", dizendo que foi alvo de análise e pareceres da inspeção no primeiro Relatório; que a Câmara considerou que era precária; o Centro Comercial Babilónia, dizendo que este problema está regularizado e sanado; as lojas da Avenida do Brasil, dizendo que já não consta no Relatório final e





*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Leopoldo' and 'Jau'.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que o problema também está sanado; o Alvará 1/93 em nome da MACONFER, dizendo que é uma urbanização na Serra da Mira e que a segunda e terceira prestações não foram pagas, tendo a Câmara deliberado aceitar o alargamento do prazo, através de uma caução hipotecária ( ou bancária?) que cobre inteiramente o valor em dívida; o Alvará 7/90, dizendo que está sanado e que foi aprovada a alteração, e também, que o erro processual já foi corrigido. Por fim, sobre o Alvará 4/92, dizendo que foi aprovado; que houve Edital e não houve reclamações.

Após esta exposição intervieram os Senhores João Vieira, Guilherme Guimarães, Aníbal Ramos, António Filipe, a Senhora D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado, os Senhores Luis Francisco, João Caldeira, Tremoço de Brito e Miguel Gabriel.

O Senhor João Vieira, na sua intervenção, falou sobre o Relatório, dizendo que a Assembleia merecia um melhor esclarecimento a respeito deste assunto; que o Relatório do IGAT diz que a Câmara não prosseguiu nem acautelou os interesses municipais. Por fim, que os actos cometidos se revertem de grande gravidade. De seguida, disse que iria entregar na Mesa um documento sobre este assunto e ainda, que a Assembleia se deve pronunciar politicamente sobre os actos que são imputados aos vários Executivos do município.

O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer que o que a Câmara tem de fazer é, perante o Relatório do IGAT, sanar os problemas, isto é, regularizar as situações; que no Relatório não há ilícitos graves para perda de mandato, mas sim meramente ilícitos formais, nos termos da legislação aplicável nestes casos.

O Senhor Guilherme Guimarães, na sua intervenção, disse que a Assembleia não está com o espírito de julgar e quem julga os executivos camarários é o eleitorado, que na altura própria o fará; que decorreu hoje uma reunião da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, em Coimbra, onde esteve presente o Senhor Primeiro Ministro e outros Membros do Governo, sendo o objectivo desta reunião debater a legislação, pois a que existe não é compatível com o exercício cabal das funções dos eleitos locais; que já se chegou a essa conclusão, pelo que agora terá de se alterar essa legislação de modo a poder-se gerir correctamente uma Câmara; que se fosse a aplicar a legislação que existe com rigor, provavelmente não haveria nenhum Presidente de Câmara, isto é, todos teriam perdido o mandato; que da análise que foi feita pela



Comissão Permanente, foi elaborado um conjunto de questões para que o Senhor Presidente da Câmara respondesse; que o Senhor Presidente da Câmara respondeu a estas questões pela ordem que foram colocadas, mas que as respostas, apesar de razoáveis, não foram todas satisfatórias. Por fim, sobre a responsabilidade que em certos casos, o Senhor Presidente da Câmara diz não ter por se reportarem a mandatos anteriores, dizendo que não se pode furtar a essas responsabilidades, uma vez que era o Presidente da Câmara nesses mandatos.

O Senhor Aníbal Ramos, na sua intervenção, falou sobre o Relatório, dizendo que quem lê este Relatório fica com a ideia que poderão haver mais casos para além dos que refere; que pensa que a situação não é dramática, mas que encerra alguma preocupação; a dívida de cento e cinquenta mil contos, de uma determinada empresa pertencente a um Vereador da Câmara; que há ilegalidades mas que as responsabilidades políticas são dos Partidos e das forças políticas a quem esses Vereadores pertenciam; que vêm muitas coisas à Assembleia que não deveriam vir, mas que se prova com este Relatório, que deveriam vir outras coisas e não vem. Por fim, sobre a lesão ao Município por determinadas decisões segundo diz o Relatório; as gasolineiras, dizendo que há canons de superfície que não são pagos e outros são irrisórios, pelo que se deve regularizar esta situação.

O Senhor João Vieira voltou a intervir para dizer que não pretende qualquer julgamento do Senhor Presidente da Câmara, nem muito menos acusá-lo, que se limita apenas a constatar que os comportamentos que estão imputados no Relatório à Câmara Municipal são comportamentos passíveis de um juízo político, como tal não se pretende nenhum julgamento; que nos mandatos anteriores, o Presidente da Câmara era o mesmo deste mandato; o caso dos cento e cinquenta mil contos em débito à Câmara; que a Câmara efectua tardiamente o pagamento às empresas fornecedoras; que os interesses do Município não estão a ser acautelados nos actos e nas decisões praticados pela Câmara; que foram sonegadas informações a terceiras entidades para que alguns projectos fossem rapidamente aprovados. Por fim, fez uma censura política aos mandatos anteriores.

O Senhor António Filipe interveio para se congratular pela discussão do Relatório do IGAT e pela exposição feita pelo Senhor Presidente da Câmara. Depois, falou sobre o IGAT, dizendo que este cumpriu as suas obrigações de fiscalização, mas não admite





*Guimarães*  
*Leopoldo Ramos*  
*João*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que o IGAT se arrogue no direito de dizer que a Câmara não acautelou os interesses municipais, pois é um juízo que deve ser feito pela Assembleia Municipal, enquanto entidade competente para fiscalizar a forma de como os interesses do município são ou não acautelados; que admitia quanto muito, que o Tribunal de Contas, que é um órgão jurisdicional, pudesse formular uma consideração dessa natureza, no acto de julgamento e não no Relatório intercalar; o juízo relativo às Câmaras anteriores, dizendo que entende que a actual Assembleia tem toda a competência para fiscalizar esta Câmara e não as anteriores, não tendo qualquer legitimidade para censurar as pessoas dos executivos anteriores. Por fim, disse que foram referidos alguns aspectos de eventual promiscuidade, entre o exercício de funções municipais, o empresariado local e os negócios locais, pelo que crê que a Assembleia Municipal pode dar uma contribuição para que estas situações não tenham lugar; que a legislação em vigor permite o registo de interesses municipais, pelo que sugere a criação de um registo de interesses a preencher por todos os eleitos municipais a fim de assegurar a transparência.

O Senhor Presidente da Assembleia secundou esta sugestão e disse que seria uma maneira de dignificar esta Assembleia.

O Senhor Guilherme Guimarães interveio para dizer que esta sugestão tem interesse e deve ser analisada. De seguida, falou sobre a intervenção do Senhor Aníbal Ramos, dizendo que em relação às indirectas que produziu, sobre ex-Vereadores do PS, o Relatório diz claramente que não foram detectadas irregularidades. Por fim, que a lei deve ser melhorada, no sentido de distinguir o que é grave do que não é grave.

A Senhora D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado interveio para dizer que o PSD entende que a política de urbanismo da Câmara é da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que a política de urbanismo da Câmara é dele neste mandato.

O Senhor Luis Francisco, na sua intervenção, falou sobre o Relatório do IGAT, dizendo, que por dificuldades financeiras da Câmara, não foram executadas várias obras e outras estão em stand by; que o município da Amadora foi o último a assinar o



PER; o Monte da Galega e a Casa Aprígio Gomes, dizendo que são obras que estão em stand by por dificuldades financeiras e qualquer dia vai-se gastar mais dinheiro na sua recuperação, pois estão a degradar-se; que a Câmara está a retirar mais de cento e cinquenta mil contos mais juros, com os casos do loteamento dos Moinhos da Funcheira e a AMICOOP. Por fim, perguntou para quando a Câmara prevê que possa arrecadar todas as verbas que neste momento lhe são devidas.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer que não afirmou, que não compete à Assembleia Municipal fiscalizar esta Câmara, mas sim, que há um parecer que põs diversas questões e que, o Despacho do Senhor Secretário de Estado é no sentido de que a Câmara deve regularizar a situação; o Babilónia, dizendo que o Tribunal já contactou a Câmara sobre este assunto; que a CCR-LVT já comunicou à Câmara que naquele edifício não há qualquer ilegalidade cometida pela Câmara; que muitas das situações citadas no Relatório estão a decorrer no foro jurídico; a cobrança das dívidas, dizendo que concorda que a Câmara tem as taxas baixas, mas que esse é um julgamento político, pois estava a ser feita uma nova tabela de taxas e a Câmara, por razões políticas, resolveu não aprovar; a nova legislação sobre urbanismo, dizendo que esta legislação está a ser contestada e inclusivamente foi pedida a sua rectificação na Assembleia da República; as receitas devidas à Câmara, dizendo que vêm para o Município com juros de mora; que estas dívidas não se podem comparar ao PER, pois este comporta milhões de contos e nem o Governo tem dinheiro para responder; o loteamento dos Moinhos da Funcheira, dizendo que sobre o débito deste à Câmara não consta nada no Relatório que diga que é ilegal e que se trata de uma deliberação da Câmara; que há problemas complicados que são da responsabilidade dos funcionários da Câmara Municipal, não se podendo responsabilizar só os Eleitos, pois muitas das questões que se levantam não são imputáveis aos Eleitos; que por vezes, há dualidade de critérios entre pareceres dos serviços que têm de ser analisados dentro da ordem jurídica.

O Senhor João Vieira interveio para referir que não disse que esta Câmara é culpada por leis que não existiam, mas sim, que foram praticados actos em 23 de Setembro de 1994 e em 12 de Dezembro de 1994, os quais seriam passíveis de perca de mandato se praticados a partir do dia 1 de Janeiro de 1995, ou seja, 18 dias depois; que sendo certo que essa lei era do conhecimento público, pois foi publicado no Diário da República de 15 de Outubro de 1994, o que disse é que teve de ir à pressa para evitar





*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jubilado' and 'J.V.'.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

cair sobre a alçada da lei que futuramente iria entrar em vigor; que aceita a sugestão do Senhor António Filipe relacionada com o registo de interesses. Por fim, fez uma declaração política.

A Senhora D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado interveio para fazer uma declaração política.

O Senhor João Caldeira interveio para falar sobre o Relatório do IGAT, no que se refere à zona verde da Bomba de Gasolina, perguntando onde está o prazo de sessenta dias para ser enviado este processo à Assembleia Municipal. Por fim, referiu que esta Assembleia não tem poderes para julgar procedimentos de Executivos anteriores, mas, para sancionar atitudes assumidas por mandatos anteriores, já esta Assembleia tem essa capacidade.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer que está de acordo com o problema dos prazos, dizendo que esta é uma falha deste Executivo e que a Câmara ainda não teve tempo de o resolver e submeter à Assembleia. Referiu também, que a Câmara está a regularizar as situações dos mandatos anteriores e quando vierem à Assembleia, esta pode regularizá-los ou não, assim como, esta Câmara as não poderia ter regularizado, pelo que se diria ao Senhor Inspector-Geral que a Assembleia não estava de acordo que se isentasse de taxas as cooperativas de habitação, ficando o problema por sanar, decorrendo os procedimentos, eventualmente judiciais, contra os anteriores Executivos e contra quem deliberou sobre essa matéria.

O Senhor Presidente da Assembleia, nesta altura, informou que deu entrada na Mesa, um Requerimento, entregue pelo CDS-PP, que leu de seguida, bem como, a Moção que o acompanhava. De seguida, colocou o Requerimento à votação, sendo rejeitado por maioria com 30 votos contra e 3 a favor (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia informou que foi presente à Mesa uma Proposta de Recomendação, apresentada pelo PSD, que leu em seguida. Colocada a admissão, foi admitida por maioria com 29 votos a favor e 3 abstenções.

Seguidamente, pediram a palavra os Senhores João Vieira, para dizer que ia entregar uma Moção à Mesa, e Tremoço de Brito.



Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Proposta de Recomendação, apresentada pelo PSD, à votação, sendo rejeitada por maioria com 22 votos contra, 8 a favor e 1 abstenção. Foram feitas declarações de voto pelos Senhores Miguel Gabriel, pela bancada do PSD, e António Filipe, em nome da bancada da CDU.

Após estas declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia leu a Moção, apresentada pelo Senhor João Vieira, e de seguida, colocou-a a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 Membros presentes.

De seguida, interveio o Senhor João Vieira e não havendo mais intervenções, foi a Moção colocada à votação, sendo rejeitada por maioria com 26 votos contra, 3 a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor João Vieira fez uma Declaração de Voto, que por sua solicitação se transcreve na íntegra: "Constato, Senhor Presidente, que para muitos dos Membros desta Assembleia Municipal, os comportamentos assacados aos anteriores Executivos e a este Executivo municipal, não são passíveis de censura. Constato isso com alguma tristeza, até porque me fica a sensação que aquilo que condicionou os votos das pessoas são os telhados de vidro que efectivamente têm, isto é, basta olharmos para o Executivo, para entendermos onde é que estão os vidros, onde é estão os telhados e quem é que tem medo de acordar com a cabeça partida. O Partido Popular não tem, por isso não tinha, também qualquer problema. Não tem e já teve gente no Executivo municipal, mas nada lhe pesa do passado para efectivamente temer apresentar uma Moção com o conteúdo dessa que V. Exa. aí tem e que eu agradecia, transformasse todos os considerandos da moção que aí estão em declaração de voto para que ficasse junto à Acta, disse."

Após esta Declaração de Voto, o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugados com o n.º 2 do Art.º 3.º do Dec. Lei 69/90, de 2 de Março, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Plano de Pormenor da Serra de Carnaxide*";





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que todos os Membros da Assembleia tinham em seu poder o Parecer da Comissão Permanente e a Recomendação. Informou que tinha acabado de entrar na Mesa uma Proposta, apresentada pela bancada do PS, que passou a ler. De seguida, colocou-a a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 31 Membros presentes.

Após esta votação foi lido o Parecer da Comissão de Urbanismo, a Recomendação à Câmara e o Parecer da Comissão Permanente.

De seguida, intervieram na discussão destes documentos os Senhores José Fernandes que leu um documento, da bancada da CDU e solicitou que o mesmo ficasse apenso à Acta (Documento anexo à presente Acta), Guilherme Guimarães, Vitor Andrade, Alves Nunes, Aníbal Ramos, João Vieira, Francisco Mota, Tremço de Brito, António Filipe e José Teodoro.

Após estas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, informou ir seguir a seguinte metodologia, isto é, em primeiro lugar a aprovação da Recomendação, em segundo lugar a Proposta apresentada pela bancada do PS, e por último, a Proposta da Câmara.

Seguidamente, colocou a Recomendação à votação, sendo aprovada por maioria com 21 votos a favor e 6 abstenções. De seguida, colocou a Proposta apresentada pela bancada do PS à votação, sendo aprovada por maioria, com 22 votos a favor e 7 abstenções. Por fim, pôs a Proposta da Câmara à votação, sendo aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 6 abstenções (Documentos anexos à presente Acta).

Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

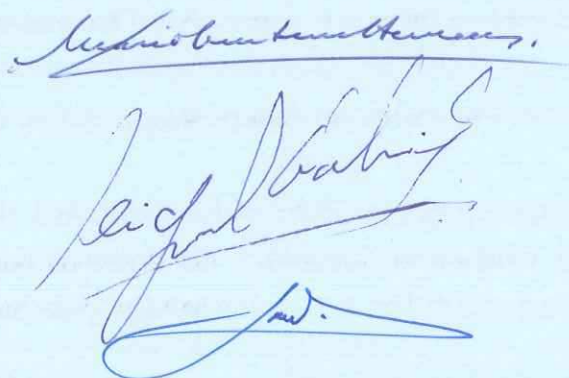
Foram feitas Declarações de Voto pelos Senhores José Teodoro, em nome da bancada do PSD, Guilherme Guimarães, em nome da bancada do PS, João Vieira, em nome da bancada do CDS-PP, e José Fernandes, pela bancada da CDU.

O Senhor Presidente da Assembleia falou sobre esta proposta, dizendo que todas as forças políticas fizeram um trabalho bastante intenso e preocupado, visando o interesse do Município; que em relação ao pretenso atraso da Assembleia em resolver



esta questão, existem alguns equívocos, pois a aprovação pela Câmara desta proposta foi a 4 de Outubro de 1995, e só foi enviada à Assembleia no dia 13 de Novembro do mesmo ano. Esclareceu também que, a partir dessa data, se sucederam as reuniões para estudar esta proposta, ou seja, entre o envio da proposta e a Sessão de 14 de Dezembro do ano transacto, houve duas reuniões da Comissão de Urbanismo, a 22 de Novembro e 6 de Dezembro; que a proposta foi retirada e reenviada pela Câmara a 22 de Dezembro; que a 6 de Janeiro de 1996 a Comissão Permanente estava a estudar esta proposta; que a Comissão de Urbanismo se reuniu a 17 de Janeiro do corrente para analisar o mesmo documento; que a Comissão Permanente reuniu a 31 de Janeiro, 5 e 14 de Fevereiro de 1996 para analisar este documento, elaborando um Parecer que não mereceu, dos Membros da Assembleia, a mínima análise aprofundada; que a 22 de Fevereiro a Assembleia reuniu em Sessão para apreciar a proposta, mas que não pôde ser discutida devido ao adiantado da hora, sendo apreciada e aprovada nesta Sessão. Queria, assim, deixar claro que todas as forças políticas, através dos seus representantes nas Comissões, estiveram preocupadas em aprofundar o mais possível esta questão, por certo importante, por sentirem, ainda antes de compreenderem, que era realmente importante para o Concelho da Amadora. Por estas razões, não pervaleceu, como se compreende a preocupação com urgências de maior embora, tendo, dentro de um prazo razoável, chegado esta Assembleia à solução possível.

Finda a discussão da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada à 01.45 horas.

Three handwritten signatures in blue ink are visible. The top signature is the most legible, appearing to read 'Miguel B. ...'. Below it are two more signatures, one of which is quite stylized and difficult to decipher.